

“[O] mundo está louco desde que nasceu”:
inquisição e autos da fé em
Memorial do Convento

Ana Paula Arnaut

Universidade de Coimbra/Centro de Literatura Portuguesa

por salvar maiores verdades se mente às vezes.
José Saramago, *Memorial do Convento*

Resumo: *Memorial do Convento* ilustra e exemplifica a cegueira da razão coletiva, ou quase coletiva, expondo cenários e ambiências de um tempo pretérito em que sobressai um quadro de tensões, e de perseguições, que, de modo inevitável, prova que desde há muito o Homem se destaca como lobo do seu semelhante. Centrando-se principalmente no trânsito narrativo da santíssima trindade terrestre (Bartolomeu, Baltasar e Blimunda) conheceremos, pois, as perseguições, as violências e os muitos medos provocados pela Inquisição e pelo seu *ofício santo*. Mas saberemos também dos afetos e da coragem que pode levar a mudar um mundo que talvez esteja mesmo “louco desde que nasceu”.

Palavras-chave: Inquisição – autos da fé – cegueira – sonho – ideologia.

Comunista e ateu confesso, José Saramago foi um homem e um escritor empenhado com o seu tempo, que é também o nosso, denunciando nas suas obras, pela recuperação pretérita ou pela projeção de acontecimentos num futuro que talvez venha a acontecer, as muitas e mais diversas violações aos mais elementares direitos do ser humano. Ou, por outras palavras, expondo cenários e ambiências em que o Homem se converte “definitivamente em lobo do homem” (*A estátua e a pedra* 34), porque, como um dia disse a propósito de *Ensaio sobre a cegueira* (1995), em palavras suscetíveis de encontrarem eco em muitos outros dos seus romances, nomeadamente em *Memorial do Convento*, “no que toca à razão, estamos cegos [...], nós não usamos racionalmente a razão. É um pouco como se eu dissesse que nós somos cegos da razão” (Gómez Aguilera 140).

E um dos maiores exemplos da cegueira da razão coletiva, ou quase coletiva, é, sem dúvida, a criação, em 1536, no reinado de D. João III, da Inquisição, também conhecida como Tribunal do Santo Ofício, que só viria a ser extinta por ordem das

Cortes Constituintes 285 anos depois, em 31 de março de 1821.¹ A ela se refere Damião de Góis² como

Aquela perniciosa doutrina, pela qual os indivíduos eram julgados pela profissão de fé, e não pelas ações, perverteu os sentimentos públicos. As virtudes e o respeito aos deveres de ordem moral nada valiam quando se não demonstrava exagerado fervor nos exercícios exteriores do culto. Pessoas honestas transformavam-se, sem repugnância, em voluntários denunciadores; os pais acusavam os filhos; as mulheres os maridos; a discórdia introduzia-se nas famílias, e o santo ofício não hesitava, exagerando tão funestas tendências em impor ao povo com severas penas, o dever da delação (Torgal 326-327).

As palavras do historiador renascentista são claras e incisivas, é verdade, mas são-no muito mais aquelas de que José Saramago se socorre para construir o extraordinário diálogo entre Deus e Jesus, no polémico *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), onde o primeiro anuncia a inevitabilidade da criação dessa instituição que, desde a sua origem, se focalizou “no combate ao judaísmo imputado aos cristãos-novos” (Marcocci, e Paiva 49). O excerto é longo, mas ilustrativo:

Passou tempo, o nevoeiro não tornou a falar, e Jesus perguntou, agora no tom de quem só espera uma resposta afirmativa, Nada mais. Deus hesitou, e depois, em tom cansado, disse, Ainda há a Inquisição, mas dela, se não te importas, podíamos falar noutra altura, Que é a Inquisição, A Inquisição é outra história interminável, Quero saber, Seria melhor que não soubesses, Insisto, Vais sofrer na tua vida de hoje remorsos que são do futuro, E tu, não, Deus é Deus, não tem remorsos, Pois eu, se já levo esta carga de ter de morrer por ti, também posso aguentar os remorsos que deviam ser teus, Preferia poupar-te, De facto, não tens feito outra coisa desde que nasci, És um ingrato, como são todos os filhos, Deixemo-nos de fingimentos, diz-me o que vai ser a Inquisição, A Inquisição, também chamada Tribunal do Santo Ofício, é o mal necessário, o instrumento crudelíssimo com que debelaremos a infecção que um dia, e por longo tempo, se instalará no corpo da tua Igreja por via das nefandas heresias em geral e seus derivados e consequentes menores, a que se somam umas quantas perversões do físico e do moral, o que, tudo reunido e posto no mesmo saco de horrores, sem preocupações de prioridade e ordem, incluirá luteranos e calvinistas, molinistas e judaizantes, sodomitas e feiticeiros, mazelas algumas que serão do futuro,

¹ O decreto será publicado em 5 de abril de 1821. O primeiro auto da fé data de 26 de setembro de 1540, em Lisboa, e o último foi realizado em 26 de agosto de 1871, em Coimbra. Entre 1540 e 1871 “contabilizaram-se, pelo menos, 342, dos quais 234 em praça e 108 dentro de igrejas” (Marcocci e Paiva 264). O padre jesuíta italiano Gabriel Malagrida, pregador em Lisboa, foi, porém, a última pessoa a ser executada num auto da fé (garrotado e queimado na fogueira), em 21 de setembro de 1761, no âmbito do Processo dos Távoras (*Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* (s.d: 989).

² O próprio humanista foi denunciado ao Tribunal do Santo Ofício em 1545 pelo sacerdote jesuíta Simão Rodrigues, mas, pelo benefício da proteção de D. João III, os dois processos foram arquivados no ano seguinte. O mesmo não sucede em abril de 1571 quando volta a ser preso e, desta vez, condenado a cárcere perpétuo por heresia, entre outras acusações. É libertado em 1573, morrendo em condições suspeitas em 30 de janeiro de 1574.

outras de todos os tempos, E, sendo a necessidade que dizes, como procederá a Inquisição para reduzir esses males, A Inquisição é uma polícia e é um tribunal, por isso haverá de prender, julgar e condenar como fazem os tribunais e as polícias, Condenará a quê, Ao cárcere, ao degredo, à fogueira, À fogueira, dizes, Sim, vão morrer queimados, no futuro, milhares e milhares e milhares de homens e mulheres, De alguns já me tinhas falado antes, Esses foram lançados à fogueira por crerem em ti, os outros sê-lo-ão por duvidarem, Não é permitido duvidar de mim, Não, Mas nós podemos duvidar de que o Júpiter dos romanos seja deus, O único Deus sou eu, eu sou o Senhor, e tu és o meu Filho, Morrerão milhares, Centenas de milhares, Morrerão centenas de milhares de homens e mulheres, a terra encher-se-á de gritos de dor, de uivos e roncões de agonia, o fumo dos queimados cobrirá o sol, a gordura deles rechinará sobre as brasas, o cheiro agoniará, e tudo isto será por minha culpa, Não por tua culpa, por tua causa, Pai, afasta de mim este cálice, Que tu o bebas é a condição do meu poder e da tua glória, Não quero esta glória, Mas eu quero esse poder. O nevoeiro afastou-se para onde estivera antes, via-se uma pouca de água ao redor do barco, lisa e baça, sem uma ruga de vento ou uma agitação de barbatana passando. Então o Diabo disse, É preciso ser-se Deus para gostar tanto de sangue (*Evangelho* 390-391).

De perseguições, violências e tantos e tantos medos se fará, portanto, o Tribunal do Santo Ofício, que não podia deixar de marcar presença em *Memorial do Convento*, dado o tempo e o espaço da ação em que decorre o enredo do romance: o reinado de D. João V, O Magnânimo, o Rei Sol português, ou, simples e prosaicamente, o mulherengo.

Articulada com a afirmação de um código ideológico que leva sempre a instância narrativa a solidarizar-se com os fracos, desfavorecidos e oprimidos, esta entidade histórica emerge nas páginas do romance não apenas para confirmar e ilustrar de forma subtil as diferenças sociais ou para demonstrar a hipocrisia da doutrina. Com efeito, em referência aparentemente acessória, mas à qual um leitor atento saberá incutir nexos ideológicos caros ao autor, sublinhamos o facto de a miséria vivida pelas pessoas comuns se intensificar pelo cotejo entre o excerto que nos diz do fausto da mesa do inquisidor-mor, em que também se sentam o rei e os infantes em dia de auto da fé, e a pobreza de outras mesas, como a de João Francisco Mateus. Se a primeira é “soberbíssima de tigelas de caldo de galinha, de perdigões, de peitos de vitela, de pastelões, de pastéis de carneiro com açúcar e canela, de cozido à castelhana com tudo quanto lhe compete, e açafrado, de manjar-branco, e enfim doces fritos e frutas do tempo” (*Memorial* 51), a segunda conta com os feijões, as couves e o bocado de toucinho que João Francisco Mateus divide em quatro (para si, para Marta Maria e também para Baltasar e Blimunda) (*Memorial* 104)³.

³ No mesmo romance, o mesmo efeito se obtém se nos lembrarmos das “três sardinhas assadas” “sobre a indispensável fatia de pão” (*Memorial* 42) que, no regresso de uma guerra que nunca foi a sua, e por não ter para “um festim de viandas”, Baltasar compra à “porta duma taberna que ficava ao lado da casa dos diamantes” (*Memorial* 42). Sardinhas, mas agora salgadas e sobre “pão grosseiro e duro”, mais “uma fritada de ovos” e uma “infusa de água”, são a ceia partilhada pelo mesmo Baltasar com Blimunda Sete-Luas e com o em breve proscrito padre Bartolomeu Lourenço (*Memorial* 171). Em outras ocasiões, juntam-se às sardinhas “as couves e o feijão da horta” ou “um pedaço de carne

Mas, cumprindo em pleno os desígnios do Deus de *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, o tribunal do Santo Ofício surge nas páginas do romance em apreço também, e essencialmente, como potenciador de medos e, por conseguinte, como estratégia direta e incisiva para demonstrar os temas da repressão e da opressão⁴. Destaquemos, por exemplo, o momento em que Blimunda é apresentada aos pais de Baltasar, João Francisco e Marta Maria, que, depois de saberem da condenação de Sebastiana Maria de Jesus, pedem a Sete-Luas que jure não ser judia nem cristã-nova (*Memorial* 103), apesar de Sete-Sóis já lho ter assegurado. “Ficava no ar a mentira” (*Memorial* 103), comenta o narrador, “de não ter Blimunda costela de cristã-nova, se mentira era, quando destes dois sabemos o pouco caso que fazem de tais casos, por salvar maiores verdades se mente às vezes” (*Memorial* 103).

Recordemos, ainda, o exemplo sobremaneira importante do Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e do seu papel na linha narrativa que, em concomitância com a do relato da edificação do convento de Mafra, vai ganhando relevo considerável, talvez tornando esta história mais significativa⁵. Referimo-nos à construção da Passarola pelo Padre inventor, coadjuvado por Baltasar Sete-Sóis, o maneta que fisicamente o auxilia, e por Blimunda Sete-Luas, a “ladra” de vontades (*Memorial* 180)

enquanto foi tempo dela” (*Memorial* 209). Sardinhas, fritas desta vez, mas sempre acompanhadas apenas por um pedaço de pão, levará Baltasar no alforge na sua última inspeção à Passarola (*Memorial* 334). Do farnel de Sete-Sóis, tornado “sardinha ressequida” e “côdea duríssima” (*Memorial* 343), alimentar-se-á Blimunda quando for o tempo de por ele procurar. Antes disso, porque ainda existia caridade, ocasiões houve em que puderam contar com as sobras do açougue em que trabalhava Baltasar: “um pé de porco, uma franja de dobrada, e, querendo Deus e o humor do açougueiro, a apara de vazia, de alcatra ou pojadouro, embrulhados numa crespa folha de couve” (*Memorial* 69).

⁴ Em tom que oscila entre a ironia e o humor desencantado, *Manual de pintura e caligrafia* denuncia a restauração da Inquisição e dos “outros Tribunais do Santo Ofício”, por Fernando VII de Espanha, bem como o pedido que encarecidamente D. João III fez ao papa, em 1531, para “que em Portugal fosse instituída a inquisição”. Interrogando-se sobre se haveria cristianismo “se no Monte das Oliveiras” Jesus tivesse “morrido daquela hemorragia que benignamente e não fatalmente o acometeu”, o narrador apresenta a hipótese de que, “não havendo, a história teria sido outra, a história dos homens e das suas obras: tanta gente que não se teria emparedado em celas, tanta gente que teria morrido de diferente morte, não nas santas guerras nem nas fogueiras com que a Inquisição respondia a si própria, ela relapsa, ela herética, ela cismática” (*Manual de pintura* 264-266, 192, respetivamente). Em *A Jangada de pedra*, um interlocutor imaginário de Joaquim Sassa recorda “os mártires da inquisição” e a morte pelo fogo como sendo a pior (*Jangada* 56); em *Levantado do chão* imagina-se o padre Agamedes a “clamar heresia”, e a apelar à “santa inquisição”, quando o narrador afirma que “o Senhor é um feijão e um coirato” (*Levantado* 187). *O ano da morte de Ricardo Reis* lembra “Bocage perante o Tribunal do Santo Ofício” (*Ano da morte* 29). Já em *A viagem do elefante*, na sequência de uma conversa sobre o cristianismo e o hinduísmo, o comandante diz ao cornaca: “Cuidado, que está aí a inquisição, para teu bem não te metas em terrenos pantanosos” (*Elefante* 73). Posteriormente, após o questionamento por um certo homem do comportamento de Jesus no “milagre de expulsar de expulsar os espíritos imundos do corpo do geraseno” (*Elefante* 73) o padre adverte-o de que “com tais pensamentos e opiniões, se a inquisição aqui chega serás o primeiro a ir para a fogueira” (*Elefante* 81).

⁵ Sublinhe-se que, quando por descuido, Sete-Sóis sobe aos ares levado pela Passarola (*Memorial* 335), onde tinha ido “remediar os estragos do tempo” (*Memorial* 332), o narrador opta por, com Blimunda, iniciar a procura do seu paradeiro, definitivamente deixando por desenvolver os detalhes quer da construção da basílica quer da sua anunciada faustosa sagração. O seu dever, de modo claro o afirma, “é ir atrás daquela mulher que a quantos encontra vai perguntando se viram um homem com estes sinais, assim, assim [...]” (*Memorial* 339).

que, podendo também olhar por dentro das coisas, se revela fundamental para a consecução do herético projeto. Um projeto causador de “risada da corte e dos poetas” (*Memorial* 64), como Tomás Pinto Brandão, no seu poema “Ao novo invento de andar pelos ares” (Rattner 492-493), ou M.^{cl} da Cunha, no soneto, entre outros, “Que invento quês fazer baixo idiota” (*Descrição* 12).

Citamos, a título de ilustração, os dois textos que acabamos de mencionar:

Esta maroma escondida
que abala a toda a cidade;
esta mentida verdade,
ou esta dúvida crida;
esta exalação nascida
no português firmamento
este nunca visto invento
do Padre Bertolameu,
assi fora Santo eu,
como elle é cousa de vento.

Esta fera passarola,
que leva, por que mais brame,
trezentos mil reis de arame
samente para a gaiola;
esta urdida paviola,
ou este tecido enredo;
esta das mulheres medo,
e em fim dos homens espanto
assi fora eu cedo Santo,
como se há-de acabar cedo.

Que invento quês fazer baixo idiota!
Em ã engenho te atreves brasileiro?
ques voar, ou asnear sendo pateiro,
desejando Águia ser sem ser Gaviota?

Melhor te fora na região remota
onde nasceste estar com sizo inteiro,
sem pertenderes ser tu o primeiro
ã fazes esta celebre derrota.

Mas bem obras q te achas em hã terra
aonde Ver subir á môr altura
Sugeitos muy pezados por muy brutos.

Já naó me admiras naó, pois ninguém erra
qd.º subido estás, logo procura
voar, se tantos voaó por astutos.

M.^{cl} da Cunha

Tomás Pinto Brandão

A tudo e a todos ignora Bartolomeu Lourenço porque o sonho quimérico que se tornará máquina de voar, e que implicará reformatações da sua própria doutrina, é maior do que a troça popular e maior do que a ameaça latente do Santo Ofício, explicitamente convocado em outro poema de M.^{cl} da Cunha⁶. Não se estranha, portanto, que nos cerca de treze anos em que decorre a construção da máquina de voar, se vá desvanecendo a crença religiosa do homem que, entre outras coisas, é “pregador na igreja, [...] visionário e irmão de gente mecânica e plebeia em S. Sebastião da Pedreira”, tornando-o num ser “mordido de sustos e dúvidas” (*Memorial* 176) que, repensando e questionando velhos dogmas (*Memorial* 171-173), deixa de crer na sua própria capacidade para abençoar, por não saber “em nome de que Deus a deitaria” (*Memorial* 187). E também, afinal, e como consequência da ousadia de construir um engenho que não só disputará a jurisdição divina, como o fará movido por vontades de homens e de mulheres, recolhidas por Blimunda, transformando-o,

⁶ Ver, entre outras poesias ao Voador por M.^{cl} da Cunha, “Meu volatim brasileiro”: “[...] Eu bem te vi remontar, / Sem ser Águia, ao mesmo Sol, / embrulhado em hã Lençol / de baetta. // Porem temeste que a treta, / Com que lá fostes, ó vício, / te levaçe ao Sancto Ofício / depressa. // E na boca de huma Pessa, / te mandassem logo por, / por ser na morte Voador, / Como em vida” (*Descrição* 10).

apesar da coragem (*Memorial* 191, 196), num homem abatido pela crise religiosa, inquieto pelo medo das afiadas garras da intolerância (não só religiosa, mas também científica e intelectual) da Inquisição. Uma Inquisição sempre pronta a lançar “as redes ao mundo e tr[zê]-las cheias, assim peculiarmente praticando a boa lição de Cristo quando a Pedro disse que o queria pescador de homens” (*Memorial* 95), como se afirma a propósito da descrição do segundo auto da fé que marca presença na obra.

Não se estranha, portanto, também, que, desde cedo, Bartolomeu Lourenço seja alertado para o facto de a sua “arte” ter “mais que ver com a jurisdição do Santo Ofício que com geometria” (*Memorial* 64) e de, por isso, como alvitra Baltasar, serem necessárias cautelas dobradas, pois “cárcere, degredo e fogueira costumam ser a paga desses excessos” (*Memorial* 65). Apesar do cuidado e das proteções que diz ter, a verdade é que os receios de Sete-Sóis acabarão por ganhar forma. E assim se começa a inquietar o padre Bartolomeu Lourenço ao tomar consciência de que, ao contrário do nada que aconteceu com o balão que há quinze anos voara no Paço, em 8 de agosto de 1709, o Santo Ofício possa agora considerar “que há arte demoníaca nesse voo” (*Memorial* 192). Principalmente “quando quiserem saber que partes fazem navegar a máquina pelos ares” (*Memorial* 192), porquanto não poderá “responder-lhes que estão vontades humanas dentro das esferas” (*Memorial* 192). Afinal, acrescenta o padre,

para o Santo Ofício não há vontades, há só almas, dirão que as mantivemos presas, a[s] almas cristãs, e as impedimos de subir ao paraíso bem sabem que, querendo o Santo Ofício, são más todas as razões boas, e boas todas as razões más, e quando umas e outras faltem, lá estão os tormentos da água e do fogo, do potro e da polé, para fazê-las nascer do nada e à discricção (*Memorial* 192).

E assim, acossado e perseguido, com plena consciência dos grandes perigos que correm (*Memorial* 203-204) e de que “El-rei, sendo caso duvidoso, só fará o que o Santo Ofício lhe disser que faça” (*Memorial* 196), vê-se obrigado a fugir com Sete-Sóis e Sete-Luas na máquina que competirá com o território e com o poder divinos e a preferir arder nas chamas do seu sonho quimérico do que numa fogueira ateadada por facho inquisitorial:

havia um clarão como se o mundo estivesse a arder, era o padre com um ramo inflamado que pegava fogo à máquina [...], de um salto Baltasar pôs-se de pé, foi para ele, e deitando-lhe os braços à cintura puxou-o para trás [...] atirou-o para o chão, calcou a pés o archote, enquanto Blimunda perguntou [...] Porque foi que deitou fogo à máquina, e Bartolomeu Lourenço respondeu [...] Se tenho de arder numa fogueira, fosse ao menos nesta (*Memorial* 205).

A crueldade de processos de atuação ganha, contudo, contornos mais nítidos nos momentos em que se descrevem os autos da fé, rituais maiores “da Inquisição” que, com o tempo, se transformaram “no mais impressivo emblema da sua representação, assumido pela população como a própria imagem do tribunal (Marrucci, e Paiva 263).

O ritual, que “a partir do início do século XVIII” passou a ser maioritariamente privado,

Destinava-se à leitura das sentenças dos processos findos e reconciliação com a Igreja dos penitenciados considerados arrependidos, associando-se-lhe, em seguida e noutro espaço, a aplicação do castigo mais severo que poderia decorrer de decisão dos inquisidores: o relaxamento do réu à justiça secular. Expressão significativa de que este seria entregue a oficiais do rei para se lhe aplicar a pena prevista na lei geral do reino. E essa, para os hereges e apóstatas, era a morte pelo fogo, que um juiz da Coroa convocado para o efeito mandava executar, já que um eclesiástico estava impedido, por prevenção do direito canónico, que impossibilitava a cominação de penas de sangue. (Marcocci, e Paiva 263-264)

A esta impressão de teatralidade, de espetáculo, não ficam alheias as páginas de *Memorial do Convento*, ainda que, naturalmente, tratando-se de um romance histórico, ela surja mesclada pela capacidade imaginativa do autor que, de modo inevitável, permite mais uma vez entrever o seu posicionamento ideológico. E assim sabemos do “dia de alegria geral” (*Memorial* 50) em que a população sai “de suas casas, descendo dos altos, juntando-se no Rossio para ver justiça a judeus e cristãos-novos, a hereges e feiticeiros, fora aqueles casos menos correntemente qualificáveis, como os de sodomia, molinismo, reptizar mulheres e solicitá-las, e outras miuçaldas passíveis de degredo ou fogueira” (*Memorial* 50). O ambiente festivo, de modo similar ao que, em tempos de Quaresma, se vive na procissão de penitência (*Memorial* 28-31), estende-se às casas e às mulheres, que, nas janelas viradas para a praça, se mostram “vestidas e toucadas a primor, à alemoa, por graça da rainha [...], a si próprias se interrogando [...] se estarão seguros os sinaizinhos do rosto, no canto da boca o beijador, na borbulhinha o encobridor” (*Memorial* 50-51). Não faltam, também, as habituais e típicas igualhas de ocasiões festivas: “a conhecida limonada, o geral púcaro da água, a talhada de melancia [...], os tremoços e os pinhões, as queijadas e as tâmaras” (*Memorial* 51).

Tudo e todos, portanto, na descrição deste e dos outros autos da fé (*Memorial* 94) que surgem no romance, concertados para gozar com “proveito da alma” (*Memorial* 94) a procissão de frades, seguidos dos inquisidores e do grupo dos penitenciados, de acordo com o que sabemos terem sido “os elementos estruturantes” (Marcocci, e Paiva 264-265) destes rituais que também nos permitem conhecer os crimes cometidos e os castigos atribuídos, maneira outra de dizer a forma como a justiça era aplicada: o açoite, o degredo, a morte pela fogueira ou pelo garrote, entre outros exemplos ilustrativos do modo como a maldade humana constantemente se reinventa(va) (Marcocci, e Paiva 54).

Outro é, no entanto, o sentimento que assiste a quem do presente de enunciação olha e descreve este auto da fé em que Baltasar e Blimunda se conhecem, e onde Sebastiana Maria de Jesus, mãe de Sete-Luas e “um quarto de cristã-nova” (*Memorial* 52), é “condenada a ser açoitada em público e a oito anos de degredo no reino de Angola” (*Memorial* 52) pela “presunção insuportável e orgulho monstruoso” (*Memorial* 52) de ter ouvido “vozes do céu” (*Memorial* 53), por ter fingido “visões e revelações” (53), segundo o Santo Ofício. Provando que o uso que fazemos das palavras não é

inócuo, tantas vezes as usando o narrador de forma tão irónica quanto melancolicamente desalentada, veja-se a oposição entre o sofrimento dos condenados e o gáudio extremo da assistência⁷, já habituada ao “churrasco do auto-de-fé” (*Memorial* 98), como se regista a propósito do episódio da tourada e do cheiro “a carne queimada [...] que não ofende os narizes” (*Memorial* 98):

Grita o povinho furiosos impropérios aos condenados, **guincham** as mulheres debruçadas dos peitoris, **alanzoam** os frades, **a procissão é uma serpente enorme** [...] foram **açoitados** os que esse castigo haviam tido por sentença, **queimadas** as duas mulheres, uma primeiramente **garrotada** por ter declarado que queria morrer na fé cristã, outra **assada viva** por perseverança contumaz até na hora de morrer, diante das **fogueiras armou-se um baile, dançam os homens e as mulheres, el-rei retirou-se, viu, comeu e andou** [...] (*Memorial* 54-55. Sublinhados nossos).

À dimensão visual do excerto preside, por conseguinte, uma intensa tonalidade ideológica, conseguida não apenas por via do efetivo valor semântico que reconhecemos na globalidade do enunciado, ou na utilização dos vocábulos destacados, ilustrativos, por um lado, da violência exercida sobre uns e, por outro lado, do prazer tirado por outros. Talvez, afinal, em comentário feito no decurso da descrição do segundo e igualmente festivo auto da fé, Deus não soubesse mesmo

em que se metia quando criou Adão e Eva. Que se há-de dizer, por exemplo, desta freira professa, que era afinal judia, e foi condenada a cárcere e hábito perpétuo, e também esta preta de Angola, caso novo, que veio do Rio de Janeiro com culpas de judaísmo, e este mercador do Algarve que afirmava que cada um se salva na lei que segue, porque todas são iguais, e tanto vale Cristo como Mafoma, o Evangelho como a Cabala, o doce como o amargo, o pecado como a virtude. (*Memorial* 94-95)

A visão do mundo do autor, ou do narrador em sua substituição, no que respeita a esta matéria, é também indiciada pelo modo telegráfico como, banalizando-a na tríade verbal “viu, comeu e andou”, dá conta da atitude do rei. Ela é ainda explicitamente assumida quando, mais uma vez em consonância com o que da História consta, do Santo Ofício diz posteriormente que

este tem bem abertos os olhos, em vez de balança um ramo de oliveira, e uma espada afiada onde a outra é romba e com bocas. Há quem julgue que o raminho é oferta de paz, quando está muito patente que se trata do primeiro graveto da futura pilha de lenha, ou te corto ou te queimo, por isso

⁷ O gosto pelo espetáculo dos autos da fé, ou por outros de igual violência, é também mencionado em crónica intitulada “O décimo terceiro apóstolo”: “Registe já o leitor, seja qual for a sua condição, classe, casta – ou função – que não venho brincar com assuntos tão sérios como o cristianismo. Faço o aviso porque isto é uma terra de gente suscetível, que preza muito os bons tempos em que se celebravam festivos autos-de-fé, ou aquelas solenes execuções que punham em feriado e movimento uma cidade inteira, como foi o enforcamento do estudante Matos Lobo, em 1842” (*A bagagem* 139).

é que, havendo que faltar à lei, mais vale apunhalar a mulher, por suspeita de infidelidade, que não honrar os fiéis defuntos, a questão é ter padrinhos que desculpem o homicídio e mil cruzados para pôr na balança (*Memorial* 189).

Como escrevemos em outra ocasião (Arnaut 108-109), a prática linguística não é, deste modo, mera matéria-prima para o enunciar da h(H)istória; ela é, também, e essencialmente, intervenção e tomada de posição, tomada de um partido (Balibar e Macherey 32). De acordo com o exposto, talvez, então, não seja difícil estabelecer um paralelismo simbólico entre o destino de um certo “mulataz da Caparica que se chama Mateus, mas não é parente de Sete-Sóis, e tem por alcunha Saramago” (*Memorial* 94-95), e que, no já referido segundo auto da fé, sai “penitenciado por cultos de insigne feiticeiro” (*Memorial* 95), e o que alguns gostariam que acontecesse ao próprio autor. Lembrem-se, portanto, a título ilustrativo, excertos da carta de uma Maria brasileira e as acusações de heresia que seguramente teriam valido a fogueira a José Saramago, se ainda fosse o tempo deste Santo Ofício. Recebida depois da publicação de *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, a epístola é transcrita na entrada de 18 de maio dos *Cadernos de Lanzarote II*, com tempos verbais ajustados e ortografia melhorada, mas, ainda assim, como sublinha o escritor, muito mais extravagante do que a sua:

Não lhe escrevo com cortesias e respeito para quem não merece, pois não passas de um herege, ateu e ímpio. Só escreveste heresias, deboches e burrices, pois como se diz e todo o mundo fala “todo português é burro”. Comprovaste com tua pena e ainda tens o descaramento de achares que foste chamado a contar a vida de Jesus Cristo, tu que não és digno, nem de pronunciar o nome Dele. Só se foste chamado pelo Satanás, teu amigo.

Não respeitaste os dogmas da fé, não respeitaste a Virgem Santíssima. Vamos pelo princípio de teu livro Evangelho 2º Jesus Cristo, isto é simplesmente 2º o teu cérebro que não deve funcionar muito bem e ainda se arvora de queres saberes mais que os evangelistas, que viveram naquela época e estiveram presentes a tudo, e tu coitado não passas de um mero analfabeto que devias estar vendendo verduras, bebidas nos botequins de Lisboa.

[...] És, mesmo um palhaço inventar que S. José morreu crucificado, só na tua cabeça de camarão. [...] O Satanás nunca andou na companhia de Jesus e ele nunca saiu de casa aos 13 anos. Vês quantas mentiras contaste? És um mentiroso de marca maior, querendo ganhar graças e fama dos leitores. Tiveste a pouca sorte de eu ter comprado o teu livro, pensando que era uma coisa boa e só encontrei lama, que saiu da tua pena e da tua cabeça desequilibrada e devassa.

[...] És um pilantra descarado, para contar tanta mentira num livro só. [...]. Se não sabes, ou te fazes desentendido, Nosso Senhor Jesus Cristo não poderia viver com mulheres, pois era puro de corpo e alma, principalmente por ser o Filho de Deus. Mas, isto te incomoda bastante, pois, deves ser um depravado português, sem moral no mínimo deves ser viciado.

[...]

O que é mais patético, no fim do teu livro é que o teu pai Satanás, ainda aparece com a tua tigela negra, tão negra como tua alma.

Pensa e medita nas besteiras que escreveste. Avalia o tempo que perdeste, escrevendo estas heresias, sem futuro, pois, não servem para nada, só para servir de escândalo dos falsos que inventaste que só vai servir, para a perdição da tua alma, pois, as penas da maledicência, da falta do devido respeito, que deverias ter para com Deus, os jogaste no mundo, e encontrares alguém que leu, o teu maldito livro, e não pensa como eu, e tiver o miolo mole igual ao teu, não vais conseguir recolher as penas que o vento levou, e serás responsável (*Cadernos II* 104-110).

Não arderam na fogueira José Saramago ou Bartolomeu Lourenço de Gusmão, mas a mesma sorte não teve Baltasar Sete-Sóis. Depois de desaparecer num céu onde se não via uma única nuvem (*Memorial* 335), depois de procurado por Blimunda durante nove anos, viremos a encontrá-lo sob um céu que, agora, conta com demasiadas nuvens, negras e ameaçadoras, provocadas pelo auto da fé que encerra o romance e que em muito contribui para os “mil cheiros fétidos da cidade” (*Memorial* 357), pois a eles junta “o da carne queimada” (*Memorial* 357).

Abrindo caminho por entre a multidão que se juntara em S. Domingos, conseguindo chegar às filas da frente, Sete-Luas assiste, assim, a uma queima que “já vai adiantada” (*Memorial* 357) e que, por isso, mal permite distinguir o rosto dos “onze supliciados” (*Memorial* 357). Saberemos, no entanto, por “uma mulher que levava uma criança ao colo” (*Memorial* 357), que entre eles estavam “pai e filha que vieram por culpas de judaísmo” (*Memorial* 357) e “um que fazia comédias de bonifrates e se chamava António José da Silva” (*Memorial* 357), também conhecido, recordamos, como o Judeu⁸. Nos corpos que ardem, Blimunda distingue, ainda, “um homem a quem falta a mão esquerda” e que, “Talvez por ter a barba enegrecida, prodígio cosmético da fuligem, parece mais novo. E uma nuvem fechada está no centro do seu corpo. Então Blimunda disse, Vem. Desprendeu-se a vontade de Baltasar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda” (*Memorial* 357).

Não era ainda o tempo do livre arbítrio nem o da vontade de ousar ir contra os poderes instituídos, não foi ainda o tempo durante tantos anos. Um tempo que, apesar de tudo, apesar da cor aparentemente negativa do final do romance, é anunciado pelo facto de a vontade de Baltasar ser recolhida por Blimunda. Afinal, como já havia dito o narrador, “Mesmo já cá não estando Sebastiana Maria de Jesus para ajudar com as suas revelações, é fácil ver que, faltando os homens, o mundo pára” (*Memorial* 66), porque é “a vontade dos homens que segura as estrelas (*Memorial* 124), sendo também ela, como sabemos, que, nos céus, ajudará a segurar a quimera tornada Passarola.

É verdade que com a morte de Sete-Sóis se fecham as páginas de um espaço-tempo povoado por gente oprimida em nome de ideais de grandeza política e religiosa; é verdade que também se encerra um ciclo de sonhos perspetivados no futuro. Porém, sublinhamos, um outro, de esperança, é deixado simbolicamente em aberto com a recolha da vontade de Baltasar por Blimunda. Para a leitura que fazemos

⁸ Preso pela última vez em 1737 com outros membros da família, morre na fogueira em 19 de outubro de 1739, referência que confirma o enquadramento temporal do romance: Blimunda volta a procurar Baltasar no dia da sagração da Basílica, em 22 de outubro de 1730 (*Memorial* 350), e encontrá-lo nove anos depois (*Memorial* 351), no dia do auto da fé em que arde António José da Silva.

contribuem as potencialidades cabalísticas do número sete (Chevalier e Gheerbrant), que não só compõe os nomes-alcunhas destas personagens, como também as acompanha no seu trânsito narrativo. Não esqueçamos que cada semana se renova após a passagem dos seus sete dias e que cada período lunar dura o mesmo número de dias, fechando os quatro períodos o ciclo de vinte e oito dias que constantemente será renovado. No romance, Blimunda Sete-Luas reencontrará Baltasar na sua sétima passagem por Lisboa⁹, repetindo um itinerário de há vinte e oito anos (sete x quatro), assim fechando o ciclo da narrativa e da existência do herói cuja vontade recolhe, desse modo lhe perpetuando a *vida* até que, noutros espaços e noutros tempos, um outro narrador, ou talvez o mesmo, a fará reaparecer, ressuscitada por sonhos de outras vidas também esquecidas por aqueles que só dos grandes mantêm viva a memória (Arnaut 80-82).

Podemos agora perguntar, com H., o narrador e protagonista de *Manual de pintura e caligrafia* (1977), “que teve isso [a Inquisição] comigo e com Portugal, ou viria a ter?” (*Manual* 264). Lembrando cenários de um passado não muito distante, como o que também emoldura *Levantado do chão* (1980), ou, simplesmente, olhando para o tempo que é o nosso, não é difícil verificar que, apesar de extinto, o Santo Ofício sobreviveu, e sobrevive, ainda que sob diversas máscaras. Adaptando ao contexto o que do fascismo diz José Saramago, também a Inquisição foi/é um tubarão, porque sempre que nas suas “fileiras sucessivas de dentaduras [...], um dente se part[iu] ou gast[ou], outro dente, fresco e afiado, avanç[ou] a ocupar o lugar...” (*Apontamentos* 225), criando novos métodos para *morder* e para ferir. Recorde-se a santíssima trindade do romance de 1980, constituída pela Igreja, pelo Estado e pelo latifúndio e a sua guarda, ou a PIDE, que também marca presença em romances como *Manual de pintura e caligrafia* e *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984). A tarefa para exterminar o tubarão “tem sido dura” (*Apontamentos* 225), admite o escritor, “dado que o animal estrebucha muito, desfere dentadas a torto e a direito – e nunca está no mesmo sítio” (*Apontamentos* 225).

Apesar de tudo, não obstante os direitos do ser humano consignados na Declaração aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, o Homem continua a converter-se, “em lobo do homem” (*A estátua e a pedra* 34). Ontem como hoje, parece que, “no que toca à razão, estamos cegos [...], nós não usamos racionalmente a razão [...], nós vivemos efetivamente num mundo de cegos. Nós estamos todos cegos. Cegos da razão (Gómez Aguilera 140). Talvez, então, o mundo esteja mesmo “louco desde que nasceu” (*Memorial* 28).

OBRAS CITADAS

⁹ “Encontrou-o. Seis vezes passara por Lisboa, esta era a sétima. Vinha do Sul, dos lados de Pegões. Atravessou o rio, quase noite, na última barca que aproveitava a maré. Não comia há quase vinte e quatro horas. Trazia algum alimento no alforje, mas de cada vez que ia levá-lo à boca, parecia que sobre a sua mão outra mão se pousava, e uma voz lhe dizia, Não comas, que o tempo é chegado [...]. Meteu-se pela Rua Nova dos Ferros, virou para a direita [...] em direção ao Rossio, repetia um itinerário de há vinte e oito anos” (*Memorial* 356-57).

- Arnaud, Ana Paula. *Memorial do Convento. História, ficção e ideologia*. Fora do Texto, 1996.
- Balibar, Étienne, e Macherey, Pierre. “Sobre a literatura como forma ideológica”. AAVV. *Literatura, significação e ideologia*. Arcádia, 1979.
- Descrição burlesca dum imaginário aerostato e outras sátiras ao P.e Bartolomeu Lourenço de Gusmão*, 1935. Disponível em https://books.google.com/books?id=IW3WY4T_XscC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- Chevalier, Jean, e Gheerbrant, Alain. *Dictionnaire des symboles*. Robert Laffont/Jupiter, 1982.
- Gómez Aguilera, Fernando. *José Saramago – nas suas palavras*. Caminho, 2010.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. “Malagrida (Padre Gabriel)”. Editorial Enciclopédia (vol. XV), s./d.
- Marcocci, Giuseppe, e Paiva, José Pedro. *História da inquisição portuguesa (1536-1821)*. A Esfera dos Livros, 2013.
- Rattner, Jair Norberto. *Verdades pobres de Tomás Pinto Brandão. Edição crítica e estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/16353>.
- Saramago, José. *Levantado do chão*. 3.^a ed. Editorial Caminho, 1982.
- . *Memorial do Convento*. Caminho, 1982.
- . *Manual de pintura e caligrafia*. 3.^a ed. Editorial Caminho, 1983.
- . *A bagagem do viajante*. 2.^a ed. Editorial Caminho, 1986.
- . *A jangada de pedra*. Editorial Caminho, 1986.
- . *Os apontamentos*. 2.^a ed. Editorial Caminho, 1990.
- . *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Editorial Caminho, 1991.
- . *Cadernos de Lanzarote II. Diário V*. Editorial Caminho, 1997.
- . *A viagem do elefante*. Editorial Caminho, 2008.
- . *A estátua e a pedra*. Fundação José Saramago, 2013.
- . *Último caderno de Lanzarote (O Diário do Nobel)*. Porto Editora, 2018.
- Torgal, Luís Reis. *História e ideologia*. Minerva, 1989.